

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2012. As Demonstrações Financeiras completas, com o parecer dos auditores independentes, estão à disposição dos acionistas na sede da companhia à Rua Alfredo Dummont Villares nº 155- Sumaré-SP.

Balancos Patrimoniais em 31 de Março de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)			
Ativo Circulante	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	6	71.896	159.838
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	174.287	160.155
Estoques	9	218.577	191.503
Impostos a recuperar	10	8.530	9.952
		473.290	521.448
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	4.095	2.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	51.522	49.743
Investimentos	12	11.394	11.574
Imobilizado	13	502.383	482.918
Intangível	14	17.914	19.034
		587.308	565.364
Total do ativo		1.060.598	1.086.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados e Outros Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Março de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	22	840.891	745.953
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(659.403)	(602.845)
Lucro bruto		181.488	143.108
Despesas de vendas	24	(26.432)	(23.265)
Despesas administrativas e gerais	25	(73.928)	(62.001)
Outras despesas operacionais		(1.157)	(12.093)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, e equivalência patrimonial		79.971	45.749
Receitas financeiras		32.559	23.822
Despesas financeiras		(54.525)	(46.699)
Resultado financeiro líquido	26	(21.966)	(22.877)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(749)	(21)
Resultado antes dos impostos		57.256	22.851
Imposto de renda e contribuição social	27	(15.322)	2.207
Resultado do exercício		41.934	25.058
Outros resultados abrangentes:		569	(473)
Ajustes de avaliação patrimonial		569	(473)
Resultados abrangentes totais		42.503	24.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Março de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)		
	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	57.256	22.851
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	36.132	35.947
Juros sobre financiamentos e empréstimos	30.263	30.570
Custo residual de ativo fixo baixado	11.920	8.254
Provisões	(5.861)	(2.849)
Ajuste a valor presente	(450)	415
Equivalência patrimonial	749	21
	130.009	95.209
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber de clientes e outros créditos	(10.959)	(22.302)
(Aumento) nos estoques	(24.691)	(28.675)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(578)	2.101
(Aumento) em contas a receber de partes relacionadas	(517)	(12.698)
(Aumento) de depósitos judiciais	—	(175)
(Aumento) de imposto de renda e contribuição social diferidos	—	(1.607)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	56.111	73.498
(Redução) em contas a pagar a partes relacionadas	(1.374)	(623)
(Redução) em impostos e contribuições a recolher	(4.627)	(1.183)
Aumento em salários e férias a pagar	1.551	7.323
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	144.925	110.868
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(66.397)	(35.223)
Redução em investimento por ajuste de avaliação patrimonial	—	473
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(66.397)	(34.750)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprios	(22.673)	—
Pagamento de empréstimos e financiamentos e juros	(236.814)	(26.124)
Captação de empréstimos	93.017	—
Aumento de financiamentos e empréstimos	—	25.643
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(166.470)	(481)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(87.942)	75.637
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.838	84.201
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	71.896	159.838
	(87.942)	75.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de março de 2010	438.877	3.672	20.277	25.651	(3.582)	484.895
Resultado líquido do exercício	—	—	—	25.058	—	25.058
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 20)	—	—	—	—	(473)	(473)
Destinações:						
Reserva legal	—	—	687	(687)	—	—
Dividendos pagos aos acionistas	—	—	—	(131)	—	(131)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(11.316)	—	(11.316)
Saldos em 31 de março de 2011	438.877	3.672	20.964	38.575	(4.055)	498.033
Resultado líquido do exercício	—	—	—	41.934	—	41.934
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 20)	—	—	—	—	569	569
Destinações:						
Reserva legal	—	—	2.097	(2.097)	—	—
Dividendos pagos aos acionistas	—	—	—	(12.925)	—	(12.925)
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	—	—	—	4.866	—	4.866
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(26.300)	—	(26.300)
Saldos em 31 de março de 2012	438.877	3.672	23.061	44.053	(3.486)	506.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Março de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Villares Metals S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que se dedica, predominantemente, à produção e comercialização de aços especiais, principalmente de alta liga, produzidos em sua unidade industrial na cidade de Sumaré, estado de São Paulo.

2. Base de preparação: *a. Declaração de conformidade:* As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 16 de abril de 2012. *b. Base de mensuração:* As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. *c. Moeda funcional e moeda de apresentação:* As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *d. Uso de estimativas e julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 7 - provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 9 - provisão para redução ao valor de mercado dos estoques; • Nota 11 - ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota 19 - provisões.

3. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, conforme as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a. Investimentos em Controladas: Os investimentos em Controladas estão sendo avaliados por equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. A Companhia optou por não consolidar tais investimentos, por considerá-los materiais na posição financeira, resultados, resultados abrangentes e fluxos de caixa da Companhia. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma empresa investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa empresa registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Empresa investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. *b. Moeda estrangeira:* *i. Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. *ii. Operações no exterior:* Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Conforme pronunciamento técnico CPC 02 Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão. Quando uma operação no exterior é alienada, o valor pertinente da conversão registrado em conta de reserva de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação. *c. Instrumentos financeiros:* *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na

qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. *ii. Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vendidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *d. Imobilizado:* *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas operacionais no resultado. *ii. Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *iii. Depreciação:* A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. Terrenos não são depreciados. **e. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, referem-se substancialmente à aquisição e instalação de software, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **f. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do

arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. **g. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **h. Redução ao valor recuperável (impairment):** *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor estimado de recuperação. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de março de 2012 e 2011. **i. Benefícios a empregados:** *i. Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. *ii. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k. Receita operacional:** A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem substancialmente as receitas de juros com aplicações financeiras, ajuste a valor presente de fornecedores e variações cambiais de títulos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Despesas financeiras compreendem substancialmente as despesas com juros de financiamentos e empréstimos, ajuste a valor presente de clientes e variações cambiais de títulos em moeda estrangeira. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente

decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos acumulados e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Em 31 de março de 2012 e 2011 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e recebíveis" e "Passivos financeiros a custo amortizado", que abrangem principalmente caixa e equivalente de caixa, contas a receber e fornecedores, são registrados pelo método de custo amortizado. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC nº 40 para esses casos a divulgação do valor justo não são exigidas. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia estabelece uma provisão para a redução do valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações das taxas de juros e de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. A entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Conselho de Administração		Diretoria	
Robert Bauer - Horst Königslehner		Harry Grandberg - Diretor Presidente	
Franz Rotter - Sabine Kelmayer-Tippow		Edson Mendes Vieira - Diretor Industrial	
Herbert Belada - Reinhard Nöbauer		Herwig Petschenig - Diretor Comercial	
		Armin Wuzella - Diretor Administrativo Financeiro	

Responsável Técnico	
José Augusto de Oliveira Ferreira	
Contador - CRC RJ-025029/O-0 T SP	